

---

**CONSTANTES E LINHAS DE FORÇA DA HISTÓRIA  
DIPLOMÁTICA PORTUGUESA**

---

---

## CONSTANTES E LINHAS DE FORÇA DA HISTÓRIA DIPLOMÁTICA PORTUGUESA

---

### Estudo de geopolítica

#### *Pontos prévios*

A história diplomática recorre a diversos métodos, conforme os dados que se propõe interpretar, a amplitude da experiência que pretende analisar, exprimir ou esclarecer ou a situação que se lhe apresenta para reconstituir; conforme a finalidade, em suma, que visa para os seus estudos. Nessas condições, pode delinear o inventário minucioso dos passos ocorridos na evolução de um «negócio diplomático», essencial para a preparação de um profissional. Pode dirigir-se ao estudo do formulário diplomático, indispensável ao adestramento prático sobre o que valem as fórmulas e as exigências processuais. Pode ocupar-se das questões que daí nasceram, o que constitui o melhor esclarecimento para o que significa ceder nesse campo, inocente para leigos e tão comum nas questões diplomáticas, quando no início dos confrontos, com a consequente e preciosa informação acerca dos negociadores. Pode ainda pretender o inventário das fontes, com vista a conhecer a capacidade dos quadros diplomáticos, em determinado momento, no sentido de se orientarem nas ambiguidades que cada oportunidade naturalmente manifesta. Pode, finalmente, conduzir à determinação, não tanto das ocorrências de cada acontecimento, numa perspectiva de determinação das fontes, crítica ou preparação dos quadros, mas para procurar as constâncias em situações díspares ou o processo de evolução das linhas de força. Por todos estes modos complementares e não dispensáveis se acabará por apreender uma diplomacia, na sua orientação e recursos, assim como na sua problemática.

Noutro aspecto, o estudo da história diplomática tanto pode assentar numa previsível conexão com a economia e a sociedade, o político e o militar, como dirigir-se a um delineamento específico, no qual acabarão por se manifestar as mesmas linhas de força fundamentais, mas no seu modo particular de expressão.

Posições científica ou programaticamente úteis para encontrar ou definir melhor o sentido ou função de uma sociedade ou de um estado, determinar os modos como se inserem e participam na evolução de outras sociedades e estados, e como deles se distinguem pelos recursos que manejam e aproveitam e quais os valores que mais se lhe adequam e melhor representam. Em suma, a história diplomática, como a história de qualquer actividade humana é a

única maneira de tomar consciência das forças que nela intervêm e de ponderar as condições da sua orientação.

Para tanto, no caso da história diplomática importa, de preferência, analisar um período longo, de modo a encontrar as forças actuantes de cada momento e verificar se podem considerar-se linhas de força, constantes ou regras e quais os factores que as modificam e propõem. E sobre esses elementos, podem discutir-se, analisar-se — ou até conjecturar-se — novas formas de equilíbrio e reforço.

Se é certo não haver diplomacia abstracta e que a diplomacia ideológica é uma forma de «esconder o dono» (ou de o mostrar) é, contudo, evidente que não pode entregar-se o cálculo de uma política de sobrevivência (que a política externa sempre é) de um país antigo, a simples intuições, desprezando uma incontestável experiência diplomática — a bem e a mal sucedida — ao lado do pensamento específico relativo às situações actuais.

Não é menos certo haver leis de situação que se determinam reunindo e pensando as conjunturas. A diplomacia eficaz nunca é arbitrária nem pode desligar-se daquilo que a Nação tem sido e da soma da experiência histórica que tem acumulado. E assim como a independência é o sinal insubstituível da maioria política de que nenhuma Nação, até hoje, desistiu voluntariamente, pois dá garantias militares e económicas que nenhum acordo, necessariamente circunstancial, pode assegurar, também a política diplomática é a expressão pública — constantemente à prova — da capacidade de um estado para o exercício da independência. Uma diplomacia oportunista e ideológica exprime um estado doente ou já subordinado ao mais forte. A verdadeira política externa é a forma específica, à altura das suas forças, como cada estado se apresenta no mundo, perante as outras potências, em condições de jogar os seus recursos, de modo a manter a independência que o mesmo é dizer a capacidade colectiva.

Outro conceito que importa fixar, preliminarmente, e que afirmações precipitadas, ou mesmo irresponsáveis, fizeram, com frequência, esquecer, sob argumentos aparentemente claros, é o primado do político na vida dos povos. Os estados capazes de se aperceberem do primado do político e do significado militar que ele comporta, estão em condições de sobreviver porque podem, em consequência, definir uma orientação externa coerente. Aqueles que dão prioridade ao económico, ao social ou ao ideológico estão em vésperas de, seguindo a imagem bíblica, trocar a maioria da independência pelo prato de lentilhas, só tarde se apercebendo que, desse modo, desaparece também a capacidade, pequena que seja, de negociarem — ou de exigirem — outro prato, inevitavelmente indispensável.

Primado do político não significa indiferença ao económico ou ao social, mas a segurança de que o militar, seu consequente, é a forma de garantia que as comunidades mais estimam — porque sempre foi a mais eficaz e que, apesar de tudo, menos as enganou — para conservar a sua segurança e aproveitar-lhe as possibilidades, preservando os direitos à escolha e à própria alteração de caminho. Assim se compreende a persistência de Israel, premiada

ao fim de quase dois mil anos de espera e de luta, ou o entusiasmo actual das sociedades africanas em ascenderem à independência, através de todos os sacrifícios, incluindo a prosperidade económica.

Exceptuando as épocas imperiais (em que o próprio conceito de nação, sem desaparecer, se altera) raras vezes a política externa de um país está sujeita a situações sem alternativa. Na maior parte dos casos, é uma escolha entre diversas oportunidades que não são — evidentemente — arbitrárias: são propostas para um equilíbrio provável de forças internacionais. Visam garantir à vida interna independente do Estado, uma cobertura que o defenda e lhe permita realizar os objectivos da sobrevivência possível. A história da política externa de um país consiste, afinal, em determinar como esse país concebeu e realizou, nas relações com os outros estados, esses objectivos próprios e inalienáveis. Para tanto, a sua posição estratégica e recursos, assim como o teor da própria sociedade — a sua robustez interna — desempenham um papel primacial. Nesse sentido, importa ter bem presente que, desse ponto de vista estratégico (no mais amplo alcance do termo), as perspectivas implícitas na situação geográfica de Portugal têm variado muito, em função da tecnologia dos transportes e da constituição da própria Europa, por muito estáveis que tenham sido as suas fronteiras e por pouco que, na aparência, se tivessem modificado o número, a capacidade e os interesses dos vizinhos. Isto é, o papel dinâmico que a situação geográfica de Portugal, ou os seus recursos, desempenharam nas diversas situações ou conjunturas peninsulares, europeias ou mundiais tem-se modificado. A constante da sua situação e o seu sucessivo e diferenciado aproveitamento não são conceitos óbvios. No ponto de vista internacional, essa situação geográfica portuguesa não tem apresentado sempre o mesmo valor, ao longo dos oito séculos da existência de Portugal, como estado. O seu alcance e modo de intervenção depende da definição ocasional das potências vizinhas ou intervenientes, da situação interna do País e da sua determinação nacional, assim como da tecnologia dos transportes e comunicações. O modo como tem sido manejada ou aproveitada essa variável, referente à importância da sua situação geográfica tem sido uma prova da capacidade dos portugueses em garantirem uma posição própria.

Reveste-se de alguma utilidade analisar, no conjunto, a experiência da política externa portuguesa na variada expressão que adquiriu, como país cuja fronteira metropolitana permaneceu quase sem alterações.

## I

### A PRESSÃO DA FRONTEIRA TERRESTRE

#### *Primeira conjuntura*

Portugal é uma nação cujas raízes mergulham até um muito remoto passado. No século XII, constituiu-se em estado e nessa situação de maioria política se manteve até à actualidade, enfrentando as mais diversas

crises, que venceu, com excepção de uma interrupção de sessenta anos que foi quanto durou a ocupação espanhola. Estes factos não são ocasionais; provam a profundidade do sentimento nacional e a eficácia da sua defesa, expressa na imposição de soluções políticas adequadas, para cada uma das crises. Resultado obtido por influência de factores cuja análise constitutiva e operativa não interessa fazer aqui mas tão só considerá-lo, na orientação da sua política externa.

Podemos dizer que um estado — grande ou pequeno — só tem uma existência segura quando é capaz de conceber e de executar uma política externa autónoma, isto é, com capacidade para determinar e defender, em seu benefício, uma forma de equilíbrio entre os diferentes estados que, em cada momento e por diferentes motivos, se degladiam. A confluência das diversas interpretações do equilíbrio e as contingências da sua manutenção constitui a situação internacional.

A autonomia do extremo ocidente da Península também não é uma simples circunstância, nem é só de natureza política. Na verdade, aqui, os arquétipos de toda a espécie, recebidos ou reconhecidos, através dos veículos mais diversos, adquiriam possibilidade de transformação própria, uma vez que eram muito limitados os contactos regulares com as fontes originárias. Assim, acabaram por se modificar, em novidade, os modelos importados, e se mantiveram activas formas locais de remota criação, como se verificou no domínio da arte e da fé; no campo da comunicação oral, chegou-se à formação de uma linguagem própria que, em pouco tempo, atingiu o padrão de língua, tendo permanecido muito pouco tempo na categoria de dialecto. Do mesmo modo, aqui encontramos formas de organização local onde as populações se canalizam para um querer colectivo, enquanto a unidade religiosa, depressa obtida à volta do cristianismo, se defendia numa disposição local do culto. Por isso, a conjuntura peninsular evoluía no sentido de, cada vez mais, se reconhecer o carácter específico da área. É o que se verifica na acção de Fernando Magno (1035-1066) e nas concepções implícitas e explicativas da divisão da sua herança, em que a área portugalense e galega foi entregue a um rei próprio, Garcia. Tempos depois, verificou-se uma revolta autonomista portugalense que atingiu o confronto militar, em batalha campal, tendo sido vencido e morto o seu chefe (Soeiro Mendes, 1071). A mesma interpretação acerca da especificidade da área e sua relevância estratégica decorre da maneira como o futuro Afonso VI, imperador das Espanhas, veio a reconstituir a unidade do reino de Fernando Magno, seu pai. Foi por essa área que tentou vencer seu irmão Sancho e quando tomou conta do poder, entregou a sua administração a um dirigente local: subordinado, ou não, a outrém, era aquela a zona da sua competência. Nestas condições, a entrega do governo do condado portugalense ao conde D. Henrique corresponde a um dinamismo próprio, ao alcance das possibilidades e interesses da região que interessava aproveitar, como baliza eficaz contra qualquer invasão vinda do Sul e melhor isolamento dos elementos decisivos de quaisquer coligações. Com efeito, sem mapas, sem marcos de fronteira, sem potências

hegemónicas favoráveis, dotado só dos meios de expressão inseparáveis da autonomia da sociedade local e da sua capacidade militar, o condado portugalense correspondia a uma área que os poderes políticos se limitaram a reconhecer como própria. Não a criaram.

A conjuntura europeia era outra, muito diferente. O processo interno, depois das invasões bárbaras, desenvolvera-se no sentido da integração de novas regiões na civilização europeia proveniente do Mediterrâneo. Deste modo, se organizara toda a região da Europa Central, do Mar do Norte e da Inglaterra, seguindo para o Báltico e para a Escandinávia, nesta altura, ainda de assimilação precária quanto aos definidores comuns. Nos séculos XI e XII, as cruzadas desempenharam um papel de vulto nessa unificação, articulando-a num processo militar de grande alcance que era a tentativa de intervenção de todo este novo conjunto europeu no Próximo Oriente mediterrânico, centrado em Jerusalém. Em sucessivas expedições, para aí se dirigiram cruzados de todas as novas regiões da Europa. Nos reinos cristãos no Norte utilizava-se, com frequência, a via marítima, parte da qual corria ao longo da costa galega e portugalense. Esta última oferecia boas condições de abrigo e de abastecimento; era mesmo essencial para o tráfego, pois, a partir daí, toda a costa do Sul da Península Ibérica e do Norte de África estava em poder dos mussulmanos, o que tornava indispensável medidas de precaução, antes de uma tão longa e arriscada viagem, de muito mais difícil abastecimento. Situação que trazia, mais especialmente, ao território portugalense uma capacidade e função próprias, fora do equilíbrio peninsular. Podia até, dentro de período, mais ou menos longo, vir a alterá-lo por completo.

Com o alargamento do domínio cristão na Península e a consequente posse de áreas geográficas completas, as zonas locais específicas (de acordo com as condições de transporte e produção), voltaram a desempenhar o papel que tinham exercido nos tempos do domínio romano e visigótico: áreas de produção e de ordenação primordial de mercados e adequadas comunicações. Acrescentavam-se, agora, as condições trazidas pelos novos tempos e interesses. No que se refere ao condado portugalense ou a Portugal, ao seu carácter de zona de boa produção agrária e pecuária, bem servida de comunicações internas, nas bordas de regiões muito mais pobres, acrescentava-se, agora, o valor que representava como zona de trânsito para o Mediterrâneo, assim como, no ponto de vista político, como zona de refúgio e pressão sobre o reino leonês. Nesse sentido, fora aproveitado pelo próprio Afonso VI de Leão, avô de D. Afonso Henriques.

Funções económicas, políticas e estratégicas renovadas, numa Europa que tinha adquirido, entre o século VIII e o século XI, a sua completa definição geográfica: de mediterrânica tinha-se tornado também continental e atlântica. Quer isto dizer, em termos geopolíticos, que Portugal e o território que lhe correspondia, se determinava com a reconstituição de uma área de estuários atlânticos e o estado que dominava a costa do extremo ocidente europeu, essencial às comunicações entre duas partes da Europa, a do Mar do Norte

e a do Mediterrâneo, até então, quase só em contacto pela Aquitânia ou pelas estradas dos Alpes ao Reno.

As potências ou entidades que pretendessem a utilização da rota marítima não podiam dispensar o apoio dos portugueses, assim como, nesta altura, era do interesse delas não se envolverem nas questões propriamente ibéricas. Assim como era — por sua vez — do interesse dos portugueses melhorar as condições dessa via e ignorar, quanto possível, os nexos continentais. Os primeiros reis de Portugal apresentavam-se como sendo os chefes da comunidade que detinha essa longínqua região, só ocupável com as vantagens da autonomia, difícil de manter sem a colaboração das populações locais, bem preparadas para a defesa dos seus privilégios. Situação irreversível, decorrente da confluência dos factores tecnológicos dos transportes e do equipamento militar, com a longínqua autonomia governativa, unidade espiritual e capacidade económica, numa função estratégica e geográfica nova mas fundamental que nem era inesperada nem difícil de perceber. Permitiram essas condições que se constituísse e consolidasse, em condições favoráveis, o Estado nacional português — há muito possível, assim como se desenvolvesse um sistema de governo, dentro da condição da independência.

Neste contexto, se apresentam as primeiras linhas de força de Portugal como estado independente, duas das quais já pertencem expressamente à sua política externa: uma definição da área de governo próprio e de influência sua, para a luta contra os mouros; a separação relativamente a Leão e o prolongamento das zonas de costa sob o domínio português; a criação de apoios diplomáticos e políticos fora da Península e mais longe da pressão das suas contingências; o impedimento da constituição de quaisquer forças, no interior do Estado, susceptíveis de, por si, serem mais fortes do que o poder central. Assim se esclareceram como em duas faces de uma moeda, no modelo geral de Leopold Von Ranke, uma política interna e uma política externa específicas, ao lado da constituição e do exercício dos órgãos de Governo.

Dada a situação em que se encontravam, distantes dos órgãos vitais tanto do Norte da Europa como do Mediterrâneo, como da própria Península, embora importante como área de trânsito, as populações confluentes numa sociedade específica, qualquer que fosse a sua categoria social, tinham muito mais razões para se unirem do que para formarem grupos em luta interna. As razões para a unidade das classes eram muito mais importantes do que para lutarem entre si: característica muito frequente na história portuguesa e condição da sua sobrevivência. Em Portugal (como, decerto, nos momentos fundamentais de todas as sociedades) a situação global que conduz ao acordo das classes é sempre mais fecunda do que as vantagens resultantes do seu conflito e do problemático triunfo unilateral. Neste caso concreto, nos primeiros tempos da independência nacional, a presença possível de estrangeiros providos do poder político, explorando, por consequência, uma só parte das vantagens ou oportunidades que o território portugalense podia oferecer (as que eram do interesse que aí os tinha levado), significava o

abandono das concepções gerais, assim como a substituição dos dirigentes naturais e locais, por responsáveis parcelares e como tais orientados por concepções exclusivamente ocasionais e práticas. A posição estratégica e transitória, a capacidade económica, as virtualidades políticas da vida local, as condições de pressão sobre a monarquia leonesa traziam indiscutíveis vantagens, quando aproveitadas em conjunto, mas não podiam estar ao alcance de uma só classe ou grupo dirigente. Só uma governação nacional independente a podia aproveitar, na sua riqueza política. Por outro lado, a independência só podia existir quando uma política externa a exprimisse e defendesse. Para tanto, no caso português, tinha de assentar, como assentou, no quadro peninsular, no quadro europeu e dispor de uma concepção operativa acerca das suas próprias fronteiras.

Para se compreender a situação em Portugal, nos séculos XII e XIII, não se deve, todavia, exagerar a importância desta zona do Ocidente no conjunto da Europa, mas, tão só, salientar a sua função específica, porquanto é essa que mais interessa no plano internacional.

### *Primeiras realizações*

D. Afonso Henriques, seguro como estava, nestas condições, da sua população e de outros apoios, não actuou exclusivamente dentro da conjuntura peninsular e portugalense, no que se refere à oportunidade da reconquista do território aos mouros. Na orientação que lhe deu, ampliava-se também o significado internacional que essa operação apresentava. Analisadas em conjunto as suas acções, perdem a característica de circunstâncias só portugalenses ou peninsulares. Assim, numa série de medidas, onde naturalmente intervém, a Igreja de Portugal separa-se do arcebispado de Toledo, a tal ponto que, em 1143, o único bispo português que comparece no concílio de Valladolid, o faz como sufragâneo de Salamanca. Pela mesma altura, ao preparar o reconhecimento da independência de Portugal, por Afonso VII de Leão, estabelece-a primeiro no quadro hispânico. Só muito depois é que aparece consagrada num campo internacional mais amplo. Quando D. Afonso Henriques vai negociar o acordo de Zamora, já aí se encontra na qualidade de vassalo da Santa Sé (Erdmar); portanto, quando reconhece vassalo de Leão, por Astorga, tinha já um suserano superior que acautelava o alcance daquela «sujeição» e, mesmo assim, depressa, inexistente. Por outro lado ainda, as relações de casamento (elementos significativos nas relações diplomáticas, naquela época de comunicações difíceis e onde as embaixadas eram sempre de duração muito limitada e dependentes de casos especiais), provam bem a consciência de D. Afonso Henriques da situação em que se encontrava o novo Estado. Assim, casa com Matilde, princesa «italiana» (filha do conde de Mauriana e Sabóia); uma sua filha (Teresa) casa com o conde da Flandres, e D. Sancho, seu filho e herdeiro, com uma princesa de Aragão (Dulce, filha de Raimundo Berenguer IV). E por último, ao considerarmos a teoria estratégica que a sua expansão territorial envolve, vêmo-la orientar-se no sentido da definição da influência



portuguesa ao longo da costa, numa via que levaria Portugal a assenhorar-se do conjunto dos estuários do Atlântico Ocidental, assegurando para si e para os seus sucessores a posse das fozes dos rios, do Minho ao Guadiana. A região portuguesa ia-se consolidando como a costa compreendida nessa série de embocaduras, desde a Galiza ao Algarve. E aparte pequenas e pouco duradouras divergências, é esta a orientação executada até se chegar à conquista de Faro, em 1249, a que se seguiu, pouco depois, o domínio de todo o território algarvio. Nesse processo único, ao longo de 100 anos, D. Afonso Henriques encaminha-se, ao longo da costa, de Leiria até Santarém (nessa altura um ponto) Lisboa, Sintra, Almada, Alcácer do Sal, com a posse do interior imediato. Évora e Beja, cidades essas conquistadas por outros, embora com o seu apoio completavam a zona de domínio. Seu filho, D. Sancho I, prossegue, em piores condições, até Silves, que depressa se vê forçado a abandonar. D. Afonso II garante o estuário do Sado com a conquista definitiva de Alcácer do Sal e D. Sancho II «fecha» a zona portuguesa, ao atingir a foz do Guadiana. Estas conquistas, além de estabelecerem uma área coerente e funcional para o território português, como Estado, justificavam a sua independência para as controvérsias internacionais. Com efeito, a independência não prejudicava — antes facilitava — por meio de uma diversificação provavelmente válida das forças políticas, a tarefa peninsular e europeia da luta contra os mouros, antigos invasores. As conquistas constituíram, assim, um elemento essencial da política externa.

Outro ponto de grande regularidade na vida do Estado português desta fase e que constituía uma preocupação basilar para aquilo a que hoje chamamos a estabilidade política era a conexão — iminente ou efectiva — entre os problemas internos de Portugal e as incidências vindas do exterior. Qualquer dificuldade entre o rei e os poderosos, familiares ou outros senhores, arrisca-se, na espera do poder espiritual, a envolver advertências de progressiva gravidade. A constituição da Igreja portuguesa tinha conseguido que a resolução dos problemas pudesse prosseguir em Roma e não na Península. Assim aconteceu com D. Sancho I e D. Afonso II. Mas no domínio da previsão política (que não é um processo só de hoje) a conexão permanente entre uma crise interior e os seus efeitos de fronteira com o imediato desafio ao poder, era um decisivo factor de perturbação. O caso mais grave que então surgiu foi a deposição do rei D. Sancho II (1245). Sem dúvida que pôs em perigo a sobrevivência do estado português, vindo a sair como vencedor da guerra civil que durou cerca de dois anos, o conde de Bolonha, depois rei D. Afonso III e irmão do rei deposto. Mas para tal, além da campanha militar, foi preciso impedir o seu afastamento de Portugal e para isso vencer-se também uma batalha diplomática. Chegou a surgir a hipótese da coroa de Aragão — outro estado ligado à costa, mas a mediterrânica — ocupar legalmente o trono português, porquanto o infante D. Pedro, irmão de D. Afonso II e tio dos dois contendores, tinha cedido os seus direitos, em favor do rei D. Jaime de Aragão, ao mesmo tempo que o Conde de Bolonha era convidado a ir à Terra Santa. Neste transe, os

bispos portugueses e os outros partidários de D. Afonso III actuaram com grande decisão e impuseram — no, nacional e internacionalmente, como rei de Portugal. Decerto ficou aqui bem claramente definida uma constante da política externa portuguesa: o perigo da intervenção de poderes exteriores, em face de quaisquer dificuldades internas do País. Em meados do século XIII, começava a aprendizagem política que, um século depois, após regular amadurecimento por diversos e mais ou menos graves acidentes, iria dar os seus definitivos frutos na solução da crise do final do século XIV, agravada com a morte de D. Fernando.

E assim se esclarecem as primeiras essenciais linhas de força da política externa portuguesa, enquanto durou a formação do território nacional: pela via militar, a princípio, diplomática, logo depois e sempre, valorização e isolamento da área específica a Portugal, dentro de uma determinada ordenação geográfica; pela via política interna, determinação das forças de maiores nexos internacionais, de modo a assegurar a sua subordinação ou dependência relativamente aos poderes nacionais; pelas relações externas, já regulares, propósito de abrandamento das pressões na fronteira terrestre com o reino de Leão. Para isso, apelava-se para uma ou mais potências que a pudessem compensar e, por consequência, garantissem o equilíbrio, na parte que lhes pudesse competir e interessar: o Papado, a Flandres, a importância da autonomia dos serviços transitários de alcance europeu, constituídos pela linha de costa do extremo ocidente da Península, em poder do Estado português, dela divergente. O recurso à acção militar dos cruzados que necessitavam da costa portuguesa, em condições da maior segurança, completava, nesse plano, o significado dos portos abertos ao tráfego cristão. Tornava-se uma necessidade para o próprio equilíbrio peninsular que a região do extremo ocidente da Península se não ligasse nem ao centro da Meseta nem ao leste mediterrânico.

Não pode tomar-se o conjunto desta orientação como circunstancial. É antes a expressão de diversas colaborações, interesses e capacidades, ao longo dos séculos XI, XII e XIII, com vista ao seu aproveitamento político e cuja consideração, certa e concreta, permitiu a constituição da Nação em Estado e o seu vitorioso prosseguimento.

Com a subida ao trono de D. Afonso III, termina o primeiro período da história de Portugal como Estado e o segundo como Nação, pois, neste último caso, o primeiro período vai até à conquista do poder político. Inicia-se, agora, uma nova fase com um importante problema diplomático — o esclarecimento sobre a posse legal do Algarve pela coroa portuguesa e que vai realizar-se em conjunturas, peninsular e europeia, completamente diversas.

#### *A nova conjuntura europeia*

Entretanto, a partir de meados do século XIII, começaram a melhorar as condições de navegação, sobretudo na área atlântica, permitindo uma maior

interferência destas sobre o eixo primordial da civilização europeia, o Mediterrâneo, onde os elementos de diversa espécie (militares e comerciais) vindos do Norte se iam tornando uma presença regular e previsível. Para esse efeito, numa primeira fase, a França teve um papel decisivo tanto porque nela estava integrada uma boa parte dessa nova área atlântica — a Aquitânia, a Bretanha, a Normandia — não só rica como dotada de bons portos e de comunicações interiores com a Provença mediterrânica. Todas estas regiões, sujeitas ao mesmo suzerano, dentro do sistema feudal — o rei de França — tornaram-se com a Itália, um veículo fundamental na transmissão da experiência mediterrânica para o Norte — e reciprocamente — enquanto o Império alemão o era quanto à Europa Central.

A actividade mediterrânica, como sendo de formação mais remota, continuava relativamente localizada; as suas ligações com as partes do Norte e do Centro europeu, embora sensíveis e a partir de certa altura, consideráveis, continuaram a ser, por muito tempo, meros complementos da sua actividade. O mesmo não podia dizer-se do Atlântico. O processo da sua interferência no Mediterrâneo então acentuado e a partir do século XV, inesperadamente diversificado pelos portugueses, vem culminar no século XVI, para, em seguida, prosseguir, com outra definição de espaço.

Para este acontecimento, na verdade, decisivo, contribuíram bastante, no domínio do necessário, as importantes modificações levadas a efeito na tecnologia naval, noticiadas a partir de meados do século XIII<sup>(1)</sup> e que permitiram uma crescente autonomia e segurança dos navios e o conseqüente alargamento do comércio marítimo. O invento do leme de timão — ou antes, de timão e charneira —, além de facilitar as operações de navegação, permitia o aumento do volume dos navios e uma navegação à vela mais aperfeiçoada; o barco passava a poder transportar cargas cada vez maiores, a realizar maiores trajectos e a necessitar, proporcionalmente, de menos tripulação, factos de mais especial significado para a construção naval atlântica. Os portos conhecem, a partir de então, um movimento cada vez mais intenso e variado, podendo ser mais distante a origem e o destino das cargas, mais regulares as comunicações. Noutro aspecto, inventos técnicos, no que se refere ao tratamento da lã, permitiram, na Inglaterra e na Flandres, que mais locais pudessem dispor de indústria de lanifícios e se verificasse aumento de produção. Factos paralelos ocorreram com o ferro da Biscaia, a metalurgia flamenga e a produção alemã de prata.

Transformações tecnológicas ocorridas num condicionalismo social favorável. Na verdade, nessa mesma altura, acentua-se, sobretudo na costa atlântica do noroeste da Europa, a eclosão de potencialidades novas; as populações diferenciam-se num maior leque de actividades, preparando-se, por outro lado, o desenvolvimento da condição indispensável para que áreas de produção diversa possam estabelecer relações económicas válidas — a economia mone-

---

(1) Cf. Lefèvre de Noettes — *De la marine antique à la marine moderne*, Paris, 1935

tária que as sociedades mediterrânicas tinham afinado e que os centros comerciais do Norte depressa assimilaram, estimulando, até, as suas próprias virtualidades.

No final do século XIII, verificamos a existência de comunicações comerciais marítimas regulares entre o Mediterrâneo e o Norte da Europa: Génova e Veneza formam as suas «carreiras» para a Flandres, a Inglaterra e a Aquitânia, ao mesmo tempo que há notícias da presença significativa de ingleses flamengos, biscainhos e outros «atlânticos», em diferentes portos mediterrânicos.

Ao mar do Norte afluíam navios de todas as regiões da Europa e ia-se daí a toda a parte. E pelas novas rotas, a cultura, a religião, as atitudes humanas, a arte, adquiriam difusão, ressonância e significado europeu, ou seja, mais susceptível de uma linguagem de apreensão comum, sem que o seja o seu dinamismo interno.

Tão importante como o crescimento das cidades é o papel determinante da agricultura; o seu lento desenvolvimento condicionou a limitada dimensão das cidades e a sua dependência de áreas agrícolas férteis e próximas, assim como a disponibilidade de mercadorias para o tráfego comercial: limites difíceis de ultrapassar sem o risco do crescimento demográfico. Num outro plano — já político e social — a maior frequência e segurança das comunicações regulares inter-regionais minava o prestígio do localismo a que o sistema feudal tinha dado viabilidade militar e política. Deste modo, se iniciava uma evolução pela qual vieram a constituir-se estados mais centralizados, reunindo regiões antes autónomas e até independentes.

Condições que iam afectar a Península Ibérica embora lhe não pudessem desmentir a sua dispersão regional e a extensa costa, assim como as suas tão particulares instituições. Fernando III (1200-1217-1252) tinha iniciado, em 1230, o processo de unificação política possível dos reinos e territórios peninsulares, juntando as realezas da Meseta — Leão e Castela — com largo acesso ao golfo da Biscaia (2) e lutando por garantir uma mais extensa zona de costa, no Sul. Por seu turno, o reino de Aragão, profundamente modelado nos interesses mediterrânicos, suportava com vigor as pressões da Meseta, tanto mais que Castela lhe disputava a costas do Levante, ainda em poder dos maometanos. Na monarquia, que tinha ligado os dois antigos reinos de Leão e Castela, a forte personalidade do sucessor de Fernando III, Afonso X, *O Sábio*, tinha a clara percepção da renovada importância dos portos e da linha de costa, assim como do alcance decisivo que representava para as suas ambições políticas, a garantia no Sul de um amplo e variado acesso ao mar, indispensável aos seus planos de unificação e patrocínio militar. Afonso X pensou mesmo, tal como seu pai, legar a guerra ao Norte de África, forma de pressão sobre os muçulmanos da Península. Entretanto,

---

(2) Pontos, de então: Santander, Laredo, Castro Urdiales e San Vincente de La Barquera, Bilbao, Portugalete, San Sebastian, Bermes, Passajes, Fontarabia, Zumaya, etc.

consolidou a posse e o aproveitamento de Sevilha, reconquistou Cádiz, avançando ao longo da costa mediterrânica, sem se coibir de entrar em choque com Aragão, ao dominar Múrcia. A seguir à França, Castela tornou-se a segunda monarquia, presente simultaneamente nos dois mares: a costa ocidental portuguesa garantir-lhe-ia o domínio das comunicações entre eles.

Uma expansão desta amplitude e variedade provocou grandes resistências e foi, até certo ponto, superficial. Por isso, voltou a verificar-se a ocupação de territórios mouros, sem alteração do *statu quo* religioso e fiscal, o que facilitava os acordos com os reis e regentes mouros, assim transformados, nalguns casos, em potenciais árbitros políticos. Sem dúvida que Afonso X, *O Sábio*, tinha largas ambições e essa colaboração não lhe era indiferente. Nesse sentido, teve acordos com o rei de Marrocos e já na parte que o interessava a Portugal, com o governador de Niebla que superintendia ao Algarve português. A monarquia da Meseta tinha-se tornado o eixo em torno do qual ia girar o processo compulsivo da unificação da Península, iniciado em 1230. Para prosseguir, não descurava qualquer apoio nem podia deixar de tentar sobre qual a via mais favorável. Orientação continuada por Sancho IV e depois por Fernando IV. Mas, na menoridade deste, com o Governo entregue a regentes, as dificuldades inerentes a tais projectos, decerto superiores às forças castelhanas, viriam a aumentar consideravelmente.

Pontos basilares deste período são, portanto, uma maior capacidade de acção autónoma, e consequente influência da Europa atlântica, assim como o início da unidade hispânica e do avanço de Castela e Aragão, no sentido de se garantirem de uma mais extensa linha de costa, cujo interesse excepcional, tanto no plano militar e político, como comercial, se tornava flagrante, na Península Ibérica e na Europa.

Situação económica e política, assim como religiosa e cultural, nos seus meios tecnológicos, recursos, planos e possibilidades, relacionada com outras condições de natureza mental e social. Apresentava uma característica de evolução desencontrada, como se revela, muito mais claramente, na sua expressão militar. Na verdade, em todo este meio século, ocorrem paulatinas e contraditórias transformações na arte da guerra, como seja o aperfeiçoamento da técnica de cerco, realizado sobretudo na Península Ibérica; o apuro excepcional da cavalaria, acentuado, quando o crescimento demográfico, o aumento da importância dos campos e o desenvolvimento das aglomerações citadinas tinha tornado inevitável o desenvolvimento da infantaria, em efectivos e armas características; daí resultara o reaparecimento do critério dos exércitos numerosos, enquadrados, por consequência, de uma forma completamente diversa da que era pressuposta pela cavalaria. A guerra naval, cuja experiência tinha sido até esta altura, mediterrânica, transfere-se para o Atlântico, com inevitáveis mas imprevisíveis correcções no ajustamento ao novo mar, de modo tal que, só muito tarde, conséguiu adquirir características típicas.

### *A resposta portuguesa*

Todos estes factos tiveram uma forte ressonância em Portugal e nos mais diversos domínios<sup>(3)</sup>. País, até então, remoto, contribuíram eles para o aproximar dos centros de decisão do mar do Norte, acentuando a sua resistência ao processo da unificação política peninsular, então iniciada.

Não se tratava de considerações abstractas. O auxílio do, então, príncipe herdeiro D. Afonso (depois *O Sábio*) a D. Sancho II, rei de Portugal, as contínuas e incertas guerras com Castela de 1250 a 1267, em seguida, a pressão do rei D. Dinis sobre a política castelhana constituem sinais de uma situação tensa, exigindo uma política externa segura do equilíbrio interno, apoiada na vigilância das condições peninsulares e na autonomia da linha de costa portuguesa do Algarve com a consciência do que poderia suceder se a neutralização dessa costa, garantida por Portugal, desaparecesse, pela sua entrega às hegemónias peninsulares.

Dois temas básicos se apresentam à diplomacia portuguesa, neste período da história nacional que coincide com a época europeia anterior ao início da Guerra dos Cem Anos: o reconhecimento por Castela da posse portuguesa do Algarve e a criação da ordem de Cristo depois da extinção da Ordem dos Templários. Insere-se cada um deles nas linhas de força fundamentais, que são a segurança da linha de costa e a defesa do equilíbrio interno.

Essenciais para os resolver ou enfrentar são as novas pressões e motivações externas. A costa portuguesa passa a ser atravessada por galés de longo curso, dedicadas ao tráfego comercial regular, em que estão interessados genoveses e venezianos, flamengos, biscainhos, ingleses, aragoneses, bretões e tantos outros. Decerto dependentes desta situação, ocorre em Portugal uma circunstância política de grande significado como seja a subida de importância da cidade de Lisboa. Facto que não podia ter escapado à percepção dos governantes. Dotaram-na de expressivos privilégios, melhoraram o equipamento dos seus portos<sup>(4)</sup> (cais, reservas de madeira, construção naval, etc.),

(3) Razões pelas quais a periodização habitual da história portuguesa, ligada só a motivações políticas e militares, mais ou menos espectaculares (mesmo essas discutíveis), erra ao marcar o reinado de D. Afonso III como o fim de um período e o de D. Dinis como o início de outro, agravando assim os inconvenientes sempre inerentes ao próprio sistema da periodização, ainda que indispensável. A expulsão de D. Sancho II do trono é que pode marcar o final de um período da história nacional e a subida ao poder de D. Afonso III, pela conjuntura atrás delimitada, iniciar outro. No reinado de D. Dinis encontra-se o apogeu de uma orientação e de um processo interno e internacional e não o seu começo. No campo da política externa, como nos outros, D. Dinis continua as medidas propostas por seu pai. A lucidez de execução, ligadas à vigilância atenta dos problemas em evolução, é a verdadeira forma de distinguir um grande governante. Não, necessariamente, a originalidade.

(4) Ao contrário do que se menciona a esse respeito, Lisboa era servida por um verdadeiro rosário de Portos, desde Santos, Ribeira, Conceição Velha, Tojo, Enxobregas, etc. Por isso, Fernão Lopes, ao referir-se a Lisboa, fala nos *portos* da cidade. Não que se refere à função de cada um deles, há motivos para as considerar específicas. Mas se acrescentarmos os ancoradouros para além dos dois tópicos extremos, e as duas margens, decerto a questão se complica mais, obrigando-nos a falar, para o século XIII a XVII, no complexo portuário do Tejo, sendo insuficiente o termo Lisboa para o referir na sua real importância nacional e internacional.

de modo a facilitar a sua utilização transitória e a fixar comércio. Provida de um bom *hinterland* agrícola, Lisboa passava a constituir uma unidade social de grande capacidade de decisão e pressão política, manifestamente em detrimento do Norte, sobretudo Coimbra. A subida ao poder de D. Afonso III foi uma importante vitória política sua. E em relação com todos estes factores, tornam-se também mais frequentes as referências a portugueses em Londres, Bruges, Bordéus, etc., assim como a estrangeiros em portos portugueses. Muito ao Norte, despontava, em força, o porto de Viana.

«Tomar conta» da costa que tácitas combinações anteriores ou a definição do próprio território, como o tinha deixado D. Sancho II, indicavam pertencer ao reino português, era uma sugestão imediata para Portugal, assim como motivo de rivalidade para Castela, cuja área de costa ao Sul continuava assaz limitada. Os portugueses tinham de a conquistar e garanti-la, como condição inadiável de sobrevivência, uma vez que perdê-la significava aumentar o «cerco» de Castela pela fronteira terrestre ao mesmo tempo que se tornava muito difícil — ou impossível — o acesso de Portugal ao Mediterrâneo.

Pode dizer-se que com a posse do Algarve se jogou o destino de Portugal independente. Não admira, por isso, que D. Afonso III, ou por saber da cedência do Algarve feita por seu irmão ao seu interessado protector, herdeiro do trono de Castela, o futuro Afonso X, ou para dar ao reino, ainda tocado pela guerra civil, um objectivo nacional, em qualquer caso, consciente da emergência gravíssima (que os portugueses vieram a esquecer), tivesse decidido a conquista imediata do Algarve. A tática do reino unido de Castela e Leão (e que já abrangia dois terços da Península Ibérica) era a de ajudar um reino menor, em qualquer dificuldade interna e em seguida impor a decisão política da dependência. Experimentada com os reinos maometanos, tentou Afonso X aplicá-la aos portugueses. Mas enquanto aqueles estavam em decadência e não dispunham de uma concepção coerente para a sua presença na Península — a não ser a força das armas — pois aquela lhes era estranha e por diferentes vezes foram salvos da expulsão e da derrota pelo auxílio vindo do Norte de África, Portugal era uma nação constituída em estado. Seguro da sua independência, tinha já uma aguda consciência do significado externo das lutas civis, em que, desde o século XI, vinha sendo experimentado e utilizava a sua situação estratégica em defesa dessa independência. Com efeito, o interesse dos utentes atlânticos e mediterrânicos da costa portuguesa era também que essa costa não pertencesse a qualquer potência hegemónica da Península: detentora do domínio sobre um percurso tão longo, desde Ronceslaves, a Sevilha disporia de excessivo poder nas comunicações entre a Europa do Norte e o Mediterrâneo. Portugal independente era essencial tanto para os portugueses como para um contacto entre o Norte da Europa e o Mediterrâneo, fora das pressões hegemónicas. Nestas condições, foram decisivas, tanto a rapidez com que D. Afonso III agiu para ocupar o território algarvio, separado do resto do reino de Niebla pela cunha conseguida por D. Sancho II, como a perícia com que promoveu

o auxílio militar da Ordem de Santiago, enquanto, como rei, não podia participar na conquista, aplicando as normas de não alterar as condições fiscais e religiosas da população muçulmana.

A ocupação ou conquista do Algarve, se garantia posições, não resolvia o problema. Uma longa luta, simultaneamente diplomática e militar (como todas as lutas internacionais), decorreu primeiro entre 1249 e 1267 e depois até 1297. Para a vencer, foram decisivos os factores da vida pública portuguesa que dão firmeza às operações diplomáticas. Assim tornava-se indispensável que os portugueses revelassem capacidade militar e naval e condições para preservar a unidade política e social do reino; que se mostrassem capazes, portanto, de impor um sentido bem definido às relações internacionais de modo a aproveitar o que nelas lhes era favorável e a refrear as pressões peninsulares que, na sua oscilante conjuntura, pudessem conduzir ou a uma ocupação do Algarve ou ao esquecimento da função internacional que a independência portuguesa desempenhava. Em suma, os portugueses precisavam de fixar os interesses económicos articulados nos portos e seus serviços, aumentar o leque dos produtos fornecidos, salientar e ampliar a necessidade da vantagem da costa portuguesa independente para os novos transitários. No campo da política interna, era indispensável a manutenção do rei-estado, como árbitro indiscutível, capaz de enfrentar e resolver divergências nacionais e impedir a acumulação de poderes que se lhe pudessem opor. No campo externo, impunha-se alargar as alianças ou as relações políticas com o Norte da Europa, acaso com forças mediterrânicas de interesse atlântico, especialmente Génova. Neste contexto, se insere a posição de apoio a Portugal por parte do Papado, em toda a questão da posse do Algarve (*Bula In favorem quorundam*). Em face de um processo de unificação peninsular, a partir da hegemonia castelhana — em termos geopolíticos portanto — a independência nacional adquiria, também, uma função própria tanto no contexto europeu como na Península Ibérica. A partir desta altura — e definitivamente — o conceito de equilíbrio deixa de ser interpretado por Portugal —, ou seja, o detentor da costa ibérica que confronta o Atlântico — como podendo definir-se só em termos de estado peninsular. As ligações obtidas com a Flandres, a Inglaterra, a Aquitânia, com Génova, Veneza ou Aragão tornam-se fundamentais para a intervenção de Portugal na Península ou para o seu afastamento relativamente a ela. A pouco e pouco, o eixo da intervenção portuguesa ir-se-á deslocando até se tornar um país em que a sua política atlântica é mais importante que a sua posição ibérica, só definida em termos de fronteira terrestre. E nesse contexto se estabelecem as novas linhas de força e começa a determinar-se uma constante que é a necessidade de equilíbrio real entre as forças de pressão exercidas na fronteira terrestre com as que se exercem na fronteira marítima, de extensão sensivelmente igual, depois da posse definitiva do Algarve:

Pode dizer-se, com alguma simplificação, que o direito dos portugueses ao Algarve era anterior à sua conquista e fora consagrado por acordos tácitos de D. Afonso I e por operações militares que já vinham de D. Sancho I,



assim como pela chegada de D. Sancho II à foz do Guadiana, isolando a área do reino mouro de Niebla que ficava a oeste daquele rio, isolado do resto do território ainda pertencente ao mesmo régulo. Este, seguro de que o não poderia defender, fez dele — compreensivelmente — doação ao futuro rei de Castela, Afonso X, *O Sábio*, cujo vassalo era. Autores espanhóis falam também de uma outra doação de D. Sancho II ao mesmo príncipe, quando do auxílio que este lhe prestou, na guerra civil com o irmão.

O problema assim levantado tinha diversas incidências diplomáticas e políticas de grande significado peninsular, europeu e até canónico. A primeira apontava as contradições nascidas das alianças políticas entre mouros e cristãos, inserindo-se numa sequência de debates, processos e experiências acerca das relações com as populações muçulmanas que vieram a culminar no século XV com a Inquisição em Espanha e, no século XVI, com a conquista de Granada. A segunda era considerar-se se uma doação muçulmana podia invalidar uma conquista cristã, feita dentro do espaço tacitamente reservado entre reis cristãos; se assim pudesse ser, ficaria afectado o próprio conceito de Reconquista que assentava no facto insofismável de que sendo a península legitimamente cristã quando foi invadida: era uma guerra justa restituir aquele território aos seus legítimos possuidores. Quando já havia um «legítimo possuidor» cristão, que para tanto foi ajudado por ordens monástico-militares, podia «apresentar-se» outro possuidor com iguais direitos, tendo chegado depois da conquista? Podia, em algum caso, supor-se que a doação de um «infel» fosse mais válida que uma legítima conquista cristã? E se D. Sancho II fez doação do seu direito de conquista, não devia lembrar-se que aquele rei estava interdito e que a suspensão do trono tinha sido canónica, inválidos portanto, os compromissos que nessa altura, acerca do seu reino tivesse tomado, mesmo que não estivesse coacto? A terceira incidência era que o território algarvio nunca tinha saído, ao longo de numerosas guerras com Castela, da mão de portugueses, que sempre o consideraram um prolongamento natural do próprio reino; ora, teria consequências incalculáveis com lutas entre países cristãos — e sem árbitro legítimo — que uma conquista já determinada mudasse de possuidor, pela força da doação de um infiel ou de um excomungado. D. Afonso III, nestas condições, conseguia colocar do seu lado — e sempre — o Papa, forçando Afonso X a tornar as dificuldades, directamente intransponíveis, por diferentes diligências que acabaram por consagrar o Algarve na posse dos portugueses. A atitude do rei português era a de superintender a todos os actos administrativos e políticos produzidos no Algarve ou a seu respeito (como sucedeu com a designação do bispo de Silves), chamar ao exercício das suas responsabilidades, as ordens militares a que fizera doações e que, ao exercerem essas funções, reconheciam o doador. Exercia, em suma, todos os seus direitos de rei. Ao aceitar compromissos provisórios com Afonso X, nunca consentiu que, de qualquer modo, estes alienassem a presença do rei português no território algarvio, mesmo quando foi forçado a aceitar a entrega do seu usufruto ao rei castelhano. Quando, pelo tratado de Badajoz

(1267), ao fim de uma série de actos públicos. Afonso X acabou por reconhecer, aceitar ou ceder quanto aos direitos do seu neto D. Dinis ao Algarve, Portugal conseguia uma significativa vitória diplomática e revelava bem a consciência do que tinha significado essa luta de vinte anos: a definição do seu território nacional, tal como se determinava quando Portugal se constituiu no reinado de D. Afonso Henriques e este estabeleceu no Guadiana a fronteira sudeste. Vitória só a pouco e pouco definitiva. D. Afonso III garantiu, primeiro, a posse do território algarvio pelas armas, aceitando depois, nas incertezas da guerra, uma forma de dependência feudal, relativamente ao Algarve, com o compromisso de obrigações militares, aliás ligeiras: era mais o princípio do que o risco. Tinha-o igualmente recebido como doação por altura do seu casamento com D. Beatriz, filha de Afonso X, com as implicações que essas doações comportam. Em tudo isso, tratava-se sobretudo de ganhar tempo e de impedir que Castela exercesse aí quaisquer direitos de soberania efectiva. Tudo o mais era secundário, excepto, evidentemente, que as declarações dilatórias envolvessem transferências mesmo provisórias de territórios. E quando, por morte de Sancho IV, sucessor de Afonso X, sucedeu ao trono castelhano um menor — Fernando IV — além de tudo o mais contestado, D. Dinis, inserindo-se desta vez no jogo peninsular, condicionou o seu apoio a este último, desde que procedesse à regularização da posse do Algarve e das fronteiras do Guadiana e Riba Coa. Daí acabou por resultar o tratado de Alcanises (1297) que, pode dizer-se, resolveu definitivamente (°), a questão da fronteira portuguesa e a posse dos territórios no seu interior, sem dependência de qualquer compromisso.

Com estas negociações, a diplomacia portuguesa praticou, de uma forma exímia, a tática dilatória, até chegar a ocasião de intervir eficazmente em defesa do que era incontestavelmente seu direito, sistema indispensável à diplomacia dos pequenos países e inteiramente contraposto à diplomacia ideológica. A finalidade desta última, aliás, sempre praticada só por grandes potências e seus apaniguados, é destruir as vantagens da diplomacia dilatória — que, escorando-se no direito, defende os pequenos países. Expressando um exemplo de diplomacia processual extremamente vigilante, o principal perigo deste processo é não prever as hesitações do próprio país ou dos seus responsáveis, assentar na sua estabilidade, esperando que as oscilações de critério se verifiquem só no adversário ou antagonista o que nem sempre acontece. Mas, precisamente por isso, só é possível esse processo diplomático quando existe num forte sentimento nacional, um estado que o representa e uma efectiva vigilância diplomática, indicativa de maturidade política do estado, grande ou pequeno.

Decerto que D. Dinis estava ciente das suas condições nesse domínio; para tal, tomou, nas questões internas, uma atitude simultaneamente enérgica e contemporizadora, de modo a evitar que as projecções externas desses

(°) A questão voltou, porém, a ser levantada, sem resultado, em 1312.

debates afectassem o essencial da autoridade régia e que dentro de Portugal se formassem agrupamentos ou instituições excessivamente poderosas: a sua orientação neste campo era a da circunstancializar os problemas e procurar manter o equilíbrio das forças sociais internas, de modo que o rei nunca perdesse a capacidade de árbitro. Nessa orientação, para os bens dos Templários e para a Ordem estabeleceu uma alternativa entre a sugestão do Papado e o seu projecto pessoal, criando a Ordem de Cristo (1312). Evitava assim a acumulação de bens noutra qualquer instituto, ao mesmo tempo que evitava a discordância da Santa Sé que se opunha à apropriação daqueles bens eclesiásticos pelo Rei, sem prejuízo do equilíbrio a que se tinha chegado. Do mesmo modo, não o perdia de vista nas numerosas leis publicadas durante o seu reinado acerca dos privilégios e funções do clero e da nobreza.

A necessidade de evitar a ressonância internacional das questões internas implica a existência de um exército real mais poderoso. Para tanto, na conjuntura da época, estavam definidos no final do século XIII, os efectivos dos besteiros e construíram-se por todo o País, grande número de fortalezas, pontos de apoio eficazes para que qualquer intervenção externa só pudesse ser feita em pé de guerra e com grande abundância de meios. Nessas condições, só uma guerra declarada a poderia realizar, dando assim ao rei recursos, autoridade e capacidade internacional para a enfrentar, dentro do conceito de guerra de defesa — guerra justa. A possibilidade da transformação de um conflito interior em externo ficava, deste modo, muito reduzida. Por outro lado, as lutas internas prolongadas e de difícil solução, davam lugar a negociações e ao predomínio dos recursos do Estado, contra quaisquer ajudas vindas da fronteira terrestre.

Portugal, com D. Dinis tinha-se tornado uma potência militar e naval indiscutível. Senhor de uma língua, de leis gerais, com todos os seus organismos de Estado funcionando normalmente, com funcionários próprios e quadros militares eficazes, impôs uma função internacional que a Santa Sé lhe reconhecia e de que beneficiavam as áreas marítimas do Norte e do Mediterrâneo: impedia a hegemonia castelhana nas rotas de comunicação entre o Norte e o Sul da Europa. Situado no Extremo Ocidente da Península, resistiu a todas as pressões para se inserir no jogo peninsular e só utilizou este último em situações muito concretas e em função dos seus interesses imediatos. Na verdade, como tem sempre acontecido, a Península Ibérica é uma abstracção geográfica e a sua unidade outra abstracção, construída a partir da suposição gratuita — que à história nunca confirmou — de que uma península deve ter unidade política. Atenua ou despreza o conceito de região geográfica, a hidrografia, a orografia e os critérios de comunicação que, em todas as épocas, são, com efeito essenciais, mas específicos à tecnologia que utilizam.

Jogando com a sua fronteira marítima e as novas potencialidades que ela apresenta e sugeria, D. Afonso e D. Dinis consolidaram a existência do único país inteiramente atlântico da Península Ibérica, começando, a

partir desta altura, a explorar essa basilar característica distintiva, ponto essencial para a consideração das constantes diplomáticas da história portuguesa.

### *O século XIV atlântico*

O crescimento das cidades da orla marítima ou dotadas de vias fluviais em direcção ao Atlântico acentuou-se na Europa, no decorrer do século XIV. Foi mesmo mais rápida do que a evolução favorável das condições higiénicas necessárias à aglomeração permanente dos habitantes (nas condições dos custos da «construção civil», em termos de tempo de trabalho) o que conduziu à frequência da peste, salientando-se a célebre Peste Negra, ocorrida em meados do século. Foi igualmente mais rápida do que o aumento do rendimento agrário, acarretando a ameaça de fome. Estes dois factos — deficiências de instalação nas cidades e lento crescimento da agricultura — teve fortíssimas incidências no século XIV europeu. A eles se deve, num outro aspecto, a intervenção, em força, do camponês na vida social e política das cidades. O século XIV conheceu, por esse facto, uma série significativa de insurreições camponesas, umas vezes específicas, outras ligadas a movimentos cívicos, mas sempre de orientação política muito irregular.

A evolução militar continuou, nestas condições, no sentido já definido para o século anterior. A aprendizagem por grande número de habitantes do uso do arco e flecha, a criação de sistemas de enquadramento tático dos soldados assim preparados, alterou, por algum tempo, o equilíbrio militar europeu: a infantaria preparava-se mais depressa do que a cavalaria e a sua eficácia militar enquadrada crescia ainda mais depressa. Os exércitos que aproveitaram, com novas tácticas, a infantaria assim constituída, fornecendo-lhes enquadramento eficaz, tornaram-se predominantes, enquanto se não deu o reajustamento da cavalaria o que só no final do século começou a verificar-se, para se chegar a uma solução estável, no século XV, com os exércitos profissionais.

Estes três factos simultâneos — progresso da infantaria, aumento da influência camponesa e crescimento das cidades — deram no século XIV características de grande instabilidade social: os «lollardos», os «ciompi», os «jacques», os «ventres ao sol», etc., são deste período e aparecem um pouco por toda a parte.

Neste conjunto europeu, o Atlântico próximo acentuava a sua já intensa vida própria; daí resultava uma hierarquização das suas diferentes áreas quanto ao significado não só tático, de coordenação das influências necessárias para o seu domínio, como estratégico, na impossibilidade de se conceber uma guerra sem a determinação da capacidade marítima dos contendores. Condições onde passaram a ter especial relevo: a *Biscaia*, agora fortemente ligada a Castela e dotada de recursos económicos de primeira ordem, como forma de pressão: era uma zona de ferro e de escoamento da lã; e *Portugal*, costa dotada de bons portos de apoio, essencial à

segurança do tráfego e de produtos que, em muitos casos, substituíam a necessidade de uma viagem ao Mediterrâneo: cite-se o vinho.

Todos estes aspectos, com maior ou menor velocidade de incidência, mas sempre presentes, vêm confluir num acontecimento que é a expressão espectacular da autonomia do Atlântico: a Guerra dos 100 anos, a primeira guerra atlântica, desde que se deu o alargamento do conceito de Europa até ao mar do Norte, iniciado com a romanização, as invasões bárbaras e sobretudo o Cristianismo. Sem menosprezar as incursões normandas ou os desembarques dinamarqueses, o certo é que, a partir do segundo quartel do século XIV, se trava no mar do Norte ou através dele, a primeira guerra «mundial», fora do mar Mediterrâneo. A sua novidade não deriva tanto da aplicação de novas armas ou da verificação de novas táticas. Com a Guerra dos 100 anos definem-se, para toda aquela área, novas exigências acerca da intervenção dos estados, formando-se um mais amplo critério de equilíbrio. Deste modo, são chamados a participar nela, directa ou indirectamente, estados peninsulares, em especial Castela e Portugal.

Essencialmente atlântica, pela área específica em que se travou, só interessa aqui referir da Guerra dos 100 anos o sentido dos acontecimentos. Iniciada no princípio do segundo quartel do século XIV, por motivos feudais e de herança da coroa de França, depressa se tornou uma luta de um país pobre (a Inglaterra) contra um país rico (a França). A primeira começou por utilizar, com enorme êxito, a infantaria de frecheiros; na evolução dos acontecimentos, ocorreram, porém, transformações não menos decisivas, como sejam o aperfeiçoamento da guerra de cerco, a criação da cavalaria regimental e o conceito de defesa nacional.

Nesta luta, desenvolvida num contexto exclusivamente atlântico, tanto a França como a Inglaterra procuraram aliados. O poderoso reino de Castela, a potência dominante da Península Ibérica; Aragão, cujas fronteiras com a França corriam ao longo dos Pirenéus orientais; e Portugal, detentor de uma extensa linha de costa atlântica e de uma fronteira terrestre em condições de absorver a força castelhana, não podiam deixar de ser solicitados.

Portugal, na tradição diplomática de D. Dinis, praticou, com D. Afonso IV e D. Pedro, uma política de insofismável neutralidade. D. Afonso IV tentava até uma exploração do Atlântico, diversa das que, até então, eram preferidas, procurando a costa de África, como se verifica pela sua expedição às Canárias, enquanto não deixava de participar na defesa da Península contra os maometanos (Batalha do Salado, 1340) D. Pedro, por sua vez, recusou-se a receber seu primo Pedro, *O Cruel*, rei de Castela, momentaneamente expulso do trono por seu irmão Henrique da Trastamara, aliado dos franceses. Essa neutralidade, rígida norma diplomática na primeira fase da Guerra dos 100 anos, foi alterada pelo rei D. Fernando.

### *A aliança inglesa*

Com o assassinato de Pedro, *O Cruel*, rei de Castela, por seu irmão Henrique da Trastamara que se proclamou rei, o comportamento da diplo-

macia portuguesa alterou-se. O rei D. Fernando, ao sugerirem-lhe que se apresentasse como pretendente ao trono castelhano, respondeu, primeiro, que «de Castela seria rei quem Deus quisesse». Na verdade, o problema não era o da sucessão mas o da ameaça que constituía para todos os reinos independentes da Península o tornar-se rei de Castela, um príncipe que devesse o trono ao auxílio francês. A candidatura de D. Fernando era meramente a tentativa de afastar esse perigo iminente, tanto mais que a Guerra dos 100 anos corria a favor da França. A ameaça castelhana tornava-se tanto maior quanto mais difícil era a unidade da acção militar contra Castela, partindo das três fronteiras: Portugal, Granada e Aragão. Em face da guerra assim declarada, quase exclusivamente, por exigência política, Henrique da Trastamara alcança, rapidamente, a paz separada uma vez que a «hipótese» de D. Fernando não teve qualquer apoio na conjuntura internacional e, nessas condições, tinha-se tornado um empreendimento inútil. Mas o importante é que, com ela, ficava encerrado o sistema das guerras portuguesas com Castela, a contar só com aliados peninsulares. Tinha ficado provado a difícil, ou mesmo impossível, mobilização dos estados peninsulares para uma campanha comum.

Era, não obstante, evidente que o jogo isolado das forças peninsulares, em face de Castela, apoiada na França — tivesse ou não a participação portuguesa — acabaria por efectuar a independência portuguesa, de tão extensa fronteira terrestre, e grave perigo potencial, para ambos os países. Por isso, sempre na ideia de afastar a influência francesa, D. Fernando decidiu-se a reconhecer a candidatura à Coroa de Castela, João de Gaunt, Duque de Lencastre, casado com uma filha de Pedro, *O Cruel*. Para isso, o rei de Portugal assinou um tratado de aliança com a Inglaterra (1372), embora a guerra evoluísse desfavoravelmente para esta última que via as suas galés vencidas e o seu almirante aprisionado pela armada castelhana. A campanha terrestre desta guerra, conduzida em território português, foi muito dura. Os seus incidentes, mal interpretados pela avidez dos historiadores por batalhas campais, tiveram, no entanto, aspectos decisivos para a evolução dos acontecimentos peninsulares. Com efeito, não tendo deixado dúvidas a superioridade castelhana vinda da fronteira terrestre, por aí também se revelaram as únicas forças capazes de a enfrentar: a unidade e a resistência nacionais, expressas na capacidade de sustentar cercos, de fixar efectivos invasores e de levar a efeito uma guerra de desgaste, contra os castelhanos. Esta orientação no sentido de formar aliança inglesa tinha a sua articulação básica em Lisboa, cerne da política de compensação atlântica, passando, ao mesmo tempo, e por esse motivo o seu emsagamento político a ser o objectivo fundamental da estratégia castelhana.

A resistência nacional tinha levado a invasão castelhana a um ponto morto e abrira a oportunidade a ataques noutras fronteiras de Castela. Não admira que Henrique da Trastamara tivesse rapidamente aceite a paz proposta pelo legado do Papa e a fizesse desprovida de outro compromisso político que não fosse o repúdio da aliança inglesa.

D. Fernando não cumpriu, nem podia cumprir, essa exigência, tanto mais que a evolução da Guerra dos 100 anos tornava o perigo castelhano cada vez mais iminente. Daí resultou, naturalmente, uma terceira guerra, feita a contar com o auxílio inglês, mas sem qualquer eficácia. Portugal, desta vez, foi incontestavelmente derrotado. Daí tirou D. João I, o novo rei de Castela, as consequências políticas inevitáveis, que foram (1383) a subordinação da política externa portuguesa castelhana. Para a garantir, a Escritura de Salvaterra de Magos (1383), verdadeiro tratado de paz, estipulava o casamento de D. Beatriz, herdeira do trono de Portugal, com D. João I de Castela, o que significava, a curto ou a longo prazo, o fim da independência portuguesa. Vinte anos antes, tinha-se aplicado o mesmo sistema ao Condado da Flandres. Não podem separar-se estas condições da situação de derrota militar em que Portugal se encontrava.

Em todos estes acontecimentos, Portugal apercebia as consequências de estribar a sua independência em forças exclusivamente peninsulares, em combinações dinásticas ou em alianças mal definidas. Por outras palavras, era flagrante a necessidade de reforço das condições de apoio a uma intervenção positiva vinda por mar e que compensasse a pressão suportada pela fronteira terrestre. A aliança inglesa, embora indispensável, revelava-se ainda insubsistente para a compensação das deficiências do equilíbrio peninsular desta forma entendido. Mas não havia outro recurso. Compensou esta manifesta insuficiência das condições do apoio concreto de uma potência marítima, o factor, sempre decisivo, empregue a fundo pelo Mestre de Aviz da força nacional, articulada em Lisboa, mas contando com o apoio do País. Era a única maneira de enfrentar as consequências de uma guerra vencida e as deficiências das alianças possíveis.

A evolução da crise de 1383-1385 e as propostas que se desenvolveram para a enfrentar e finalmente resolver, exprimem o reforço constante dessas forças nacionais, articuladas em Lisboa. Para enfrentarem a derrota de 1383 (Escritura de Salvaterra de Magos) redefiniram a mesma política externa, mas desta vez apoiada numa mobilização nacional vitoriosa. A resistência de Lisboa ao cerco castelhano garantiu a conservação da fronteira marítima aberta e, como tal, a independência.

A subida ao poder de D. João I, Mestre de Aviz, estipulou, na sua primeira fase, a procura do equilíbrio entre a capacidade de mobilização da fronteira marítima com a fronteira terrestre do poderoso vizinho de Portugal. Mas esse equilíbrio só funciona quando entre as duas fronteiras se conserva uma determinação decisiva para a independência. Perceberam também os portugueses (pelos actos públicos que chegaram até nós e que tão mal interpretados, por vezes, têm sido) (\*) que o apoio extrafronteiras da Inglaterra não podia ser gracioso; tinha de ser mútuo ou até superior ao que os ingleses imediatamente podiam oferecer. Na verdade, o alcance efectivo da aliança

---

(\*) Conde de Vila Franca, *D. João I e a aliança inglesa*, 2.ª ed. Lisboa, 1888.

inglesa media-se pelo que significava para os castelhanos como possibilidade de uma guerra prolongada, constante e incerta. Em face das condições em que os portugueses tinham resistido e se preparavam para continuar a resistir, Castela preferiu ou foi levada a seguir outros caminhos. A aliança inglesa foi essencial nesse capítulo. Mas não foi — nem podia ser — graciosa.

Portugal, com esta guerra e esta aliança, ao lado da independência como estado, conservou a sua função europeia de garantir uma área essencial de tráfego internacional, livre das hegemónias peninsulares.

Por último, estes acontecimentos e a decisão tomada a respeito da aliança inglesa evidenciam que a unificação política da Península Ibérica que Castela pensava ao alcance das suas possibilidades, e levada a efeito, portanto, a partir da Meseta, não prosseguiu, quando se tentou a sua continuação no sentido do oceano Atlântico. A orientação de passar da unidade do Centro para a do Ocidente falhou, em face da resistência nacional, a grande força concreta contra os utopismos das abstrações geográficas, mesmo quando veiculadas pela força das armas.

A aliança inglesa escorando uma decisão anterior dos portugueses desempenhou o papel que o Atlântico lhe facilitava. Mas esse papel do Atlântico irá diversificar-se e ser desempenhado segundo formas de alcance inesperado.

*Jorge Borges de Macedo*

Professor da Universidade de Lisboa